

AZEVEDO, Fernando José Fraga de (2000) “Transgressão e marginalidade em Mário Cesariny: a escrita como testemunho de um desejo de superação”, in Isabel Allegro de Magalhães, João Barrento, Silvona Rodrigues Lopes e Fernando Cabral Martins (Coord.) *Literatura e Pluralidade Cultural. Actas do 3º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Lisboa: Colibri, pp. 73-78.

Resumo:

**Transgressão e marginalidade em Mário Cesariny:
a escrita como testemunho de um desejo de superação**

Obedecendo aos cânones da estética surrealista e sendo, em larga medida, condicionada pela presença de instrumentos de controle e de repressão das discrepâncias individuais relativamente a um dado quadro de valores coercivamente vigente, a escrita de Mário Cesariny caracteriza-se por, em numerosos aspectos, reabilitar a marginalidade e assumir ostensivamente a transgressão das estruturas perceptivas socializadas e dos respectivos modos dominantes de inteligibilidade (cf., por exemplo, obras como *O virgem negra*, *Titânia*, *Horta de literatura de cordel*, a antologia *surreal-abjeccion-ismo*, etc).

Neste sentido, esta comunicação retrata estas formas de transgressão mostrando a sua íntima articulação com um desejo implícito de superação do ‘statu quo’ institucionalmente vigente.

**Transgressão e marginalidade em Mário Cesariny: a escrita como testemunho de
um desejo de superação*.**

Se os elevados custos envolvidos no processamento da informação podem condicionar, de modo mais ou menos amplo, uma leitura da escrita cesarinyana - já que essa escrita tem lugar, frequentemente, de uma forma ostensivamente derogadora da possibilidade de uma explícita ou imediata inteligibilidade - , quando avaliada segundo o princípio da relevância (D. Sperber & D. Wilson, 1989) - isto é, quando correlacionados os custos do processamento da informação com o potencial informativo que essa escrita implicitamente contém - , verifica-se que ela se revela promissora e pertinente. De facto, tendo sido produzida, em larga medida, numa época histórica na qual eram visíveis diversos instrumentos controladores e/ou mediatizadores da

liberdade de expressão (cf. os papéis exercidos por entidades como a “comissão do lápis azul” ou o “exame prévio”, institucionalizadoras de determinada(s) pedagogia(s) do olhar e da leituraⁱ), a escrita de Mário Cesariny afigura-se globalmente condicionada por um duplo desejo: por um lado, um desejo de comunicação - fundamento básico de qualquer possibilidade de interacção subjectiva - e, por outro, um desejo de intervenção no ‘statu quo’ institucionalmente vigente. Efectivamente, o profundo desencanto experienciado pelo sujeito relativamente a uma realidade coercivamente dada como a única possível, em conjunto com a reflexão crítica e avaliativa a que é submetida a linguagem e a sua capacidade perlocutiva, levam-no a fazer da escrita um instrumento activamente comunicador visando a modificação do estado de coisas normativamente vigente.

Deste modo, se a exigência de comunicar supõe um respeito pelo instrumento operativo que possibilita o funcionamento do sistema - isto é, um respeito pelo código enquanto *programa* quer de regras constitutivas quer de regras normativas (Vítor M. de Aguiar e Silva, 1983 : 254) - , os propósitos activos de militância e de intervençãoⁱⁱ na realidade instituída tornam pertinente um comportamento que fará da transgressão e, em alguns casos, inclusivamente, de uma certa reabilitação da marginalidade as suas palavras de ordem.

Respeito e obediência à norma ‘versus’ violação e transgressão da mesma - no fundo, a difícil interacção pela qual se define a especificidade e a irrepetibilidade do objecto artístico - constituem, pois, os grandes desejos que nutrem e condicionam toda a escrita de Mário Cesariny. Efectivamente, manifestando um carácter fundacional no âmbito do surrealismo portuguêsⁱⁱⁱ - com inevitáveis relações, quanto mais não sejam onto-genéticas, com a paternidade francesa - , a sua escrita obedece a uma imperiosa necessidade de afirmação e de diferenciação relativamente às práticas então correntes ou dominantes no panorama cultural nacional^{iv}, aspecto que, conjugado com uma real impossibilidade do agir histórico-factual^v, origina que a sua escrita se constitua proposicionalmente como uma actividade que, em larga medida, poderemos denominar *insularizada*, na acepção em que, nascida duplamente sob o signo da dificuldade de

uma voz imediata e transparentemente transitiva, ela não é resolúvel numa totalidade dinâmica de acção concreta: trata-se, com efeito, de uma palavra que dirá a verdade do sujeito (e o seu desejo) nunca (ou quase nunca) a referindo como tal^{vi}, já que essa performatividade será dada a perceber através de múltiplos processos globalmente caracterizáveis por uma reabilitação da transgressão e da marginalidade, concebidas como testemunho e acção simbólica de uma recusa mais ampla das estruturas perceptivas socializadas e dos respectivos modos dominantes de inteligibilidade.

Por razões óbvias de gestão do tempo desta comunicação não poderemos retratar amplamente o funcionamento e as modalidades de concretização destas formas de acção simbólica. Neste sentido, limitar-nos-emos a ilustrá-las sucintamente através de dois exemplos, colhidos em momentos temporais distintos da produção cesarinyana, exemplos esses que nos parecem pertinentemente ilustrativos dos múltiplos processos de transgressão e de insubmissão que esta escrita protagoniza relativamente aos cânones da cultura dominante: referimo-nos à acção simbólica que representa a emancipação da linguagem de processos de constrangimento social, emancipação essa visível, por exemplo, nos jogos dos chamados “cadáveres-esquisitos” ou na erupção crua e acentuadamente obscena que contextualiza o texto *O virgem negra. Fernando Pessoa explicado às criancinhas naturais & estrangeiras por M.C.V. who knows enough about it seguido de louvor e desratização de Álvaro de Campos pelo mesmo no mesmo lugar. Com 2 cartas de Raul Leal (Henoah) ao heterónimo; e a gravura da universidade. Escrito & Compilado de Jun. 1987 a Set. 1988* (Cesariny, 1989).

No que se refere aos jogos dos chamados “cadáveres-esquisitos”, verifica-se que, constituindo eles práticas eminentemente lúdicas - fruto de uma escrita em comum que assume a liberdade, a espontaneidade e a imaginação como princípios orientadores de um processo cujos fins e resultados, guiando-se pela aventura da continuação de um texto de que se não conhece nunca o termo antecedente, são sempre imprevisíveis - , não obedecem às preocupações de natureza teleológica que supostamente orientariam ou comandariam os modos dominantes da linguagem comunicativa e funcional. De facto, a indiferença, que, por exemplo, nos jogos de pergunta-resposta, os interlocutores

manifestam em mutuamente corresponderem às pressões sociais subjacentes à interacção dialógica - referimo-nos às pressões referentes à elaboração de textualizações compreensíveis ou, pelo menos, passíveis de comunicarem alguma informação avaliável em termos funcionalmente pertinentes - origina a produção de textos que, de um ponto de vista noemático, configura com frequência o inverosímil e o ‘nonsense’. Neste sentido, contrariando os usos comunicacionalmente institucionalizados (cf. a dissolução de tudo aquilo que é corrente, comum ou socializado, pela apresentação de uma *outra* percepção da realidade), estes jogos, testemunham, de facto, um desejo de modificação do ‘statu quo’ vigente, desejo esse que, atendendo à situação pressupositiva complexa que contextualiza estes actos de enunciação, não poderia ser concretizado de outras formas explicitamente mais visíveis.

No que se refere ao segundo exemplo dessa acção simbólica de libertação da linguagem de processos de constrangimento social, ela é bem visível num texto como *O virgem negra* (Cesariny, 1989). De facto, ainda que tenha sido publicado num contexto histórico no qual os efeitos da censura institucionalizada já não se faziam sentir, a subversão homeorrética a que é submetido o prototexto canónico pessoano^{vii} - e sublinhamos o atributo *canónico* porque, enquanto instrumento legitimador de uma certa percepção de cultura, o cânone privilegia, de facto, determinadas escritas^{viii} - afigura-se, à luz das estruturas perceptivas socializadas, como uma actividade profundamente transgressora. Com efeito, a contaminação da palavra de um “autor-mito” por um vocabulário concreto e profundamente obsceno que, assume explicitamente erogenias marginais não contempladas pelos cânones dominantes, assim como a sua construção sob o signo da reiteração ‘ipsis verbis’ da palavra pessoana constitui uma atitude provocativa que, parodiando e, em larga medida, dessacralizando a palavra de um autor - objecto de um profundo e respeitado culto nacional - evidencia, por processos de provocação ostensiva o testemunho de um desejo de superação do estado de coisas vigente.

Se no primeiro exemplo, mediatizada a escrita pela existência de instrumentos de controle da liberdade de expressão, a transgressão tinha lugar pelo alheamento

relativamente aos princípios subjacentes à operatividade de uma linguagem regida por pressupostos de funcionalidade comunicativa, no exemplo agora referido, em que a expressão do poeta já não é toldada por mecanismos de mediatização do dizer, a transgressão processa-se pela convocação de uma linguagem crua e profundamente obscena, convocação essa que, porém, não é legitimamente autorizada pelos cânones da cultura dominante. Que significam então estas transgressões? Condicionada pelos princípios revolucionários da acção surrealista - que, como sabemos, propugnava a libertação genuína e integral do homem face a qualquer constrição limitadora dos seus modos de pensar, ser ou agir - , a escrita cesarinyana manifesta a necessidade de emancipação da linguagem relativamente a quaisquer procedimentos repressores da sua genuína potencialidade dinâmica e expressiva. Neste sentido, se as fórmulas da cortesia social impedem, com frequência, que se diga aquilo que se deseja - tornando-se os diálogos muitas vezes meros solilóquios - , também a constante submissão da palavra poética à continuada reiteração/veneração do já dito impede a sua plena produtividade, correndo esta o risco de se tornar uma mera entidade estéril e anquilosada. Ora, consciente dos perigos que corre uma palavra caduca e estéril quando objecto de processos de ideologização^{ix} por parte de um poder instituído, Cesariny manifesta, pela recuperação da transgressão e, em alguns casos, da marginalidade, um desejo de subversão homeorrética do ‘statu quo’ vigente, subversão essa que, recusando o desgaste, a hipercodificação e a catacrése das estruturas semióticas, se torna promissora genuína possibilidade de liberdade.

Bibliografia:

AZEVEDO, Fernando (1996) “Intertextualidade e interdiscursividade na obra de Mário Cesariny: a desconstrução do texto pessoano”, in Margarida I. Losa *et alii* (Org.) *Literatura Comparada: Os Novos Paradigmas. Actas do Segundo Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*, Porto: APLC.

- AZEVEDO, Cândido (1997) *Mutiladas e proibidas. Para a história da censura literária em Portugal nos tempos do Estado Novo*, Lisboa: Caminho.
- CESARINY, Mário (1981) *Três poetas do surrealismo: António Maria Lisboa, Pedro Oom, Mário Henrique Leiria. Exposição ícono-bibliográfica*, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Secretaria de Estado da Cultura.
- CESARINY, Mário (1989) *O virgem negra. Fernando Pessoa explicado às criancinhas naturais & estrangeiras por M.C.V. who knows enough about it seguido de louvor e desratização de Álvaro de Campos pelo mesmo no mesmo lugar. Com 2 cartas de Raul Leal (Henocho) ao heterónimo; e a gravura da universidade. Escrito & Compilado de Jun. 1987 a Set. 1988*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- CESARINY, Mário (1991³) *Nobilíssima visão*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- CESARINY, Mário (1997²) (Org.) *A intervenção surrealista*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- GODINHO, José M. (1982) *Quando falar e escrever era perigoso (antes do 25 de Abril)*, Lisboa: Europa-América.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1990) *A literatura clandestina em Portugal (1926-1932)*, 2 vol., Lisboa: Fragmentos.
- MEYER, Michel (1994) *Linguagem e literatura. Ensaio sobre o sentido*, Lisboa: Usus Editora.
- PRÍNCIPE, César (1979) *Os segredos da censura*, Lisboa: Caminho.
- REBOUL, Olivier (1980) *Langage et idéologie*, Paris: PUF.
- RODRIGUES, Graça A. (1980) *Breve história da censura literária em Portugal*, Lisboa: ICALP/Ministério da Educação e Ciência.
- SCHWARZ, Arturo (1995), “La creatividad y el mercader”, in A.A. V.V., *De arte y de anarquía*. Edición, traducciones y notas de Emilio J. García Wiedemann, Sevilla: Las siete entidades.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e (1983⁵) *Teoria da Literatura*, Coimbra: Almedina.

SPERBER, Dan & Deirdre WILSON (1989) *La pertinence. Communication et cognition*, Paris: Les Éditions de Minuit. [Título original: (1986) *Relevance. Communication and cognition*].

* A presente comunicação insere-se no âmbito de um projecto de investigação actualmente em curso no Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho e subordinado ao tema “Dito, não dito, entredito: a transgressão como prática eufórica. Para uma renovação das didácticas da língua e da textualidade”.

ⁱ Para uma análise detalhada acerca do contexto político-social do “Estado Novo” e do Salazarismo, bem como do papel que a chamada censura preventiva, instrumento interditor e silenciador instituído pela Constituição de 1933, desempenhava cf., entre outros, César Príncipe (1979); Graça A. Rodrigues (1980); José M. Godinho (1982); A. H. de Oliveira Marques (1990) ou ainda Cândido Azevedo (1997).

ⁱⁱ Nesta óptica, ser surrealista significa, como assinala Arturo Schwarz (1995:135), antes de mais, ser anarquista, com todas as conotações ideológicas de recusa e de pura rebelião contra princípios vigentes como os de autoridade, sistema ou hierarquia, que esse termo socialmente representa.

ⁱⁱⁱ A este propósito, cf. Cesariny (1997).

^{iv} Cf., a este propósito, por exemplo, a veemente paródia de que é alvo a estética neo-realista em “Nicolau Cansado Escritor” (Cesariny, 1991).

^v Cf., a este propósito, o “Comunicado dos surrealistas portugueses”, da autoria de Mário Henrique Leiria, João Artur Silva e Artur do Cruzeiro Seixas, publicado em Cesariny (1981:151-152).

^{vi} Efectivamente, responsabilizar a palavra divergente por uma suposta condição de culpa ou sujeitá-la a uma ameaça de penalidade afigura-se, no âmbito das sociedades caracterizadas pela unidimensionalidade dos modos de pensar ou de agir, como um meio “profilaticamente” substitutivo da punição pelo qual a palavra é exaurida da sua eventual capacidade perlocutiva, reduzindo-se, com frequência, tão somente à condição de manifestação estritamente “privada”. Trata-se de um processo através do qual, sendo objecto de interdição, desqualificação ou deslegitimação, a palavra supostamente ameaçadora é substituída por uma outra que se considera como mais válida ou mais adequada relativamente aos princípios, valores e primados de um determinado agir social e/ou colectivo.

^{vii} A este propósito, cf. Fernando Azevedo (1996:589-595).

^{viii} Cf. a sua consolidação de acordo com princípios identificadores daquilo que de melhor uma sociedade produziu, facto que origina a inclusão no seu âmbito dos chamados “monumentos da língua” ou de textos que, pertencendo a “bons autores”, configuram uma “excelência artística”.

^{ix} Cf., a este propósito, os princípios subjacentes à institucionalização das ideologia com a respectiva implementação de “gramáticas” transformacionais, através das quais quaisquer questões, passíveis de pôr em causa o sistema dominante, são objecto de processos de retorização - isto é, de “substituição” por outra(s) que, por definição, não foi/foram *realmente* colocada(s) - engendrando-se, assim, uma série de respostas ficcionais ou de ficções de resposta, que excluem e/ou desviam a atenção dos problemas fundamentais. Cf. M. Meyer (1994:168-169) e O. Reboul (1980).